

## O PADRE ANTÓNIO VIEIRA

O tipo mais completo do pregador do século XVII é o padre Vieira, cuja personalidade se envolve nas intrigas diplomáticas para a defesa do trono de D. João IV ou para a deposição de D. Afonso VI da soberania a bem de seu irmão D. Pedro II. Nasceu em Lisboa em 6 de Fevereiro de 1608, acompanhando seus pais Cristóvão de Oliveira Ravasco e D. Maria de Azevedo para o Brasil em 1615; aí na cidade da Baía de Todos os Santos, entra aos oito anos para os estudos menores do Colégio dos Jesuítas. A sua vivacidade, não escapou àqueles pedagogos, entrando aos quinze anos no noviciado da Companhia de Jesus, fazendo passados dois anos votos solenes em 1625. Maravilhados com a sua loquela, encarregaram-no do ensino da Retórica e pelas sutilezas formalistas confiaram-lhe o curso de teologia dogmática. Em 1641 voltou a Portugal na comissão que vinha declarar a D. João IV, que o Brasil aderira à restauração nacional, acompanhando D. Fernando de Mascarenhas, filho do governador geral. Vieira, já celebrado pelo seu extraordinário Sermão pregado em 1640 pelo triunfo contra os Holandeses, revelou-se em Lisboa um assombroso pregador e, deslumbrando a corte, entrou na intimidade do paço. D. João IV fê-lo seu conselheiro privado, comunicando-lhe a cifra secreta dos seus embaixadores, e confiou-lhe as missões mais reservadas.

Vamos resumir desta obra magistral de João Francisco Lisboa, *Vida do P.<sup>e</sup> Vieira*, as linhas nítidas de tão grande figura, que nos põe a descoberto o plano da Companhia de Jesus na questão da independência de Portugal. Pelo papel histórico do Padre Vieira conclui-se que foi – exclusivamente jesuítica – para quem «toda a pátria é uma terra estrangeira, e toda a terra estrangeira uma pátria». Trabalhou para os interesses da Companhia, à qual, depois de estabelecida a paz entre a França e a Espanha, interrompida desde o século XVI, não convinha que este pequeno território de Portugal continuasse autónomo entre estas duas potências. Enquanto a Companhia de Jesus teve de lutar com Filipe II, que votava as suas simpatias à Inquisição e aos Dominicanos, convinha-lhe a ela a

autonomia de Portugal como ponto de apoio da sua resistência; porém, desde que Filipe II compreendeu o jogo da Companhia facultando-lhe o desenvolver-se por toda a Espanha, entendeu logo a Companhia abandonar Portugal ao seu isolamento, certa de que nada perdia da sua influência na península ibérica sob a unificação do governo da Casa de Áustria.

Quando pela política francesa de Sully e de Richelieu, que tendia ao enfraquecimento da Casa de Áustria, se reconheceu que a independência de Portugal era um dos meios mais seguros para realizar esse golpe, ficaram assegurados os resultados da revolução de Portugal depois da missão secreta do cônsul Mr. Saint-Pé, que aqui viera garantir um contingente militar e uma esquadra no caso de malogro da revolução nacional. Foi com este apoio e para a cooperação da política francesa que se fez a Revolução de 1640. Parecia natural que ficássemos como nação livre cultivando a aliança francesa e fortificando-nos com ela. Deu-se, no entanto, a paz entre a França e a Espanha; os jesuítas, que durante o século XVI não conseguiram estabelecer-se estavelmente em França, eram no século XVII os onipotentes directores espirituais e temporais do Rei cristianíssimo. Portugal, que fora o quartel-general da Companhia, o campo neutro das suas operações quando estavam em hostilidade a França e Espanha, agora, que estavam conciliadas as duas nações, Portugal tornava-se um estorvo para a Companhia por causa da sua impertinente autonomia. Tal é a situação, o quadro diplomático em que nos aparece a intervenção ou acção histórica do Padre Vieira.

Quando chegou ao Brasil a notícia da Revolução portuguesa, e que a nação redimida delegara a soberania na pessoa do Duque de Bragança pelas cortes de 1641, o vice-rei da Baía, que fora nomeado pelo governo de Castela, reconheceu a independência de Portugal e mandou seu filho D. Fernando de Mascarenhas à Europa oferecer a sua homenagem ao monarca proclamado pela nação. O Padre António Vieira acompanhou o filho do vice-rei como seu hábil mentor, e nesse mesmo ano de 1641 já o jesuíta se achava junto de D. João IV propondo-lhe gigantes planos de Companhias de Comércio para a Índia e Brasil à imitação das Holandesas. Por subtis sugestões assim se apoderou do ânimo de D. João IV, tendo entrada franca no paço e nas secretarias de Estado, assistindo às conferências dos ministros, possuindo a cifra dos embaixadores, e emitindo o seu parecer antes das resoluções dos tribunais. Em suma, o túbio D. João IV, diante de tão absorvente actividade e da onnipotência dialéctica do Padre Vieira, só lhe pedia uma coisa – *que não empregasse lábia!* É textual. O Padre Vieira tratou de convencer D. João IV, que lhe seria impossível resistir à Espanha se esta potência se ligasse à Holanda; e que para evitar este perigo, mais seguro era, para estabilidade do seu trono e dinastia, abandonar Pernambuco e a Baía aos Holandeses, dando-se desde logo em penhor uma fortaleza no reino, fazendo a paz com eles, ficando assim a luta com a Espanha reduzida a uma guerra defensiva.

Felizmente, o Desembargo do Paço foi de opinião, que realizando-se este plano do jesuíta, sobre o qual o rei o mandara consultar, seria nem mais nem menos a perda do Brasil, e o reino de Portugal reduzir-se-ia a um território isolado, à situação de uma pequena Galiza, de incorporação fácil e inevitável. Para a Companhia de Jesus, que o Brasil fosse dos Portugueses ou dos Holandeses era isso indiferente para o vasto empório mercantil que estava ali fundando. D. João IV não pôde realizar os planos do Padre Vieira, porque por um tratado secreto reconheceu à Holanda o direito das conquistas feitas no Brasil; porque achando-se o Brasil abandonado pelo governo de Portugal às guerras dos Holandeses, as colónias portuguesas, pela sua própria energia e sob o comando dos sublimes patriotas João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, sacudiram o jugo estrangeiro, e depois de libertarem o seu território, ofereceram-se espontaneamente à obediência da metrópole, que as abandonara!

O Padre Vieira mudou prontamente de política; não pôde efectuar-se a oferta de Pernambuco aos Holandeses como preço da paz, e em vez disso tratou de engenhar vários planos de casamentos principescos para assegurar a estabilidade do trono a D. João IV à custa do holocausto da nacionalidade portuguesa ou à França ou à Espanha.

Com uma missão secreta em 1643, partiu o Padre António Vieira para Paris encarregado de tratar do casamento do príncipe D. Teodósio com a filha do Duque de Longueville, vindo Condé governar Portugal como uma espécie de Protector, e D. João IV iria ser rei do Brasil, aproveitando o acendrado patriotismo das Colónias portuguesas, que se tinham libertado dos Holandeses. Este plano, achado em um manuscrito do Arquivo da Casa do Marquês de Nisa, não chegou a realizar-se pela circunstância fortuita de a Duquesa de Longueville aparecer casada clandestinamente com Lauzan.

Sempre fértil em expedientes e *com lábia*, o Padre Vieira architectou outro plano de casamento do príncipe D. Teodósio com a filha mais velha do Duque de Orleães, Mademoiselle de Montpensier. O pai da noiva vinha tomar conta do governo de Portugal. O Duque de Orleães, vendo os negócios de Portugal mal parados, não aceitou a proposta, alegando que tinha certos compromissos com o Pretendente de Inglaterra. Mais ainda em 1647 lhe foi proposto que ficaria o príncipe rei do Algarve, casando a infanta D. Catarina com o Duque de Beaufort. Por via do casamento desta infanta é que se entregou Bombaim à Inglaterra, que, apoderando-se logo dessa parte do império da

Índia, nunca mais deixou o leilão desta nacionalidade como fiel aliada.

O biógrafo jesuíta André de Barros, conta como o Padre Vieira se achou em Roma em 1649, combinando com o jesuíta Gonzalez de Mendoza o arranjar o casamento do Príncipe D. Teodósio com a irmã de Carlos II de Espanha, unificando-se assim as duas nações. O embaixador espanhol Duque do Infantado enfureceu-se quando o jesuíta seu adjunto lhe comunicou este plano, e ameaçou o Padre António Vieira de mandar assassiná-lo, alardeando que o seu rei Carlos II não tratava com um rebelde e que lhe pertencia Portugal sem recorrer à indignidade de um tal casamento.

Vivendo e respirando na atmosfera da intriga política, o Padre Vieira, que andava munido de plenos poderes para tratar destes casamentos reais, e como o de D. Teodósio falhara, architectou uma empresa: voltou-se para um projecto de casamento da infanta D. Catarina com D. João de Áustria; e por acordo com a Espanha, D. João IV passaria para o Brasil com o título de Rei. Mas o rei de Espanha não chegou ao preço; não queria dar tanto pelo reino de Portugal, e limitava-se, segundo Mr. Vicoquefort, a consentir que D. João IV ficasse Rei do Arquipélago dos Açores, ou, por último alvitre, simplesmente rei da Sicília. Falharam todas estas intrigas em que o Padre Vieira se pôs tanto em evidência, deixando quase que a descoberto o jogo diplomático da Companhia de Jesus. Por este motivo foi mandado recolher ao Maranhão em 1650. Já no Maranhão recebeu a notícia do falecimento do Príncipe D. Teodósio em 1553, com dezanove anos de idade. A morte em seguida de D. João IV não embaraçou Vieira na elaboração dos seus antigos planos.<sup>1</sup> Segundo instruções secretas de D. João IV à rainha D. Luísa de Gusmão, quando ela não pudesse sustentar a guerra defensiva contra a Espanha, devia abandonar Portugal ao invasor e fugir para o Brasil com a família real e ali fixar o trono e a Dinastia de Bragança. Em 1660, vendo D. Luísa de Gusmão que, pelo tratado dos Pirenéus entre a França e a Espanha, Portugal se achava sem apoio para a sua resistência, por conselho dos Condes de Cantanhede e de Soure, mandou ao governador de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, que preparasse abrigo para a chegada da família real. O Padre António Vieira estava então mal visto na corte, mas é certo que esteve a pique o realizar-se o plano que tanto o preocupava.

Nas lutas tormentosas do reinado de D. Afonso VI, sob o governo do Conde de Castelo Melhor, os jesuítas foram separados da influência que sempre tinham exercido na corte. Para reaverem o ascendente perdido, trataram de demolir D. Afonso VI, e conseguiram tirar-lhe o trono e a mulher, dando-os a seu irmão D. Pedro II. Nestas intrigas preparatórias, o pretendente quase fratricida, patrocinado pela Companhia de Jesus, era denominado o *Encoberto*, e é a D. Pedro II que se referem as Profecias sebastianistas que os jesuítas fabricavam em nome do sapateiro Bandarra.

---

<sup>1</sup> Além dos planos dos casamentos principescos, eram tremendos os da política internacional de D. João IV:

Para firmar o seu trono, afastando a hostilidade da Holanda, emergente das lutas com Espanha, D. João IV reconheceu aos Holandeses todas as conquistas que tinham no Brasil, isto é, cedia-lhes Baía, Pernambuco e Maranhão. Conhecendo o génio e carácter do Bragança, os Holandeses e Ingleses já lhe tinham proposto a cedência da Índia. D. João IV sentia a necessidade de desfazer-se desse embaraço da Índia, e exclamava: «*Pouvera a Dus, que eu pudesse abandonar com honra a Índia Oriental.*» E que móvel o embaraçava de realizar essa espantosa loucura? Ele dá a razão com toda a inconsciente insânia: «Que o único motivo que lho estorvava era o interesse da religião; os Holandeses e Ingleses já lhe haviam feito várias propostas sobre aquele particular, mas estremecia quando pensava que a religião católica havia de ser substituída pela dos hereges.» (Ap. *D. João o 4º*, p. VIII, por S. de Vasconcelos). Com estas hesitações fanáticas D. João IV não atenuou a malevolência de Roma contra a independência de Portugal: «A todas as humilhações e misérias havia a juntar o procedimento indigno da Cúria. Quatro Papas, Urbano VIII, Inocêncio X, Alexandre VII e Clemente IX, qual deles mais cobarde, recusaram receber durante 27 anos os enviados de Portugal, com medo das represálias dos Espanhóis, e só os admitiram depois do tratado especial na Paz de 1667.» (*Id., ib.*, p. XV).

Vieira entrou no plano da deposição do monarca que repelira os Jesuítas da governação. Para sustentar no espírito popular as esperanças da vinda de um salvador, o *Encoberto*, que era D. Pedro II, imitou sobre fragmentos das Trovas do Bandarra, profecias com Comentários seus, os sonhos do *Quinto Império*, manipulando a seu jeito as profecias daniélicas. A esta *lábria* chamou a Inquisição credence supersticiosa. E tendo sido desterrado para o Porto, e logo depois para Coimbra, aí foi preso em 2 de Outubro de 1665, até 24 de Dezembro de 1667, sendo sentenciado a silêncio perpétuo.

Por causa destas profecias se viu o Padre Vieira envolvido em um volumoso processo da Inquisição (então governamental) e que assim dava um cheque à Companhia de Jesus (que era oposição); mas tudo mudou subitamente, desde que a Companhia pôs no trono D. Pedro II e o fez o carcereiro de seu próprio irmão. Restaurado o poder jesuítico no governo de D. Pedro II, ainda apareceu um projecto de casamento da filha deste com o príncipe castelhano, em 1676.

Triunfante a facção de D. Pedro II, Vieira viu-se solto, e pregou na corte na quaresma de 1669, partindo para Roma, pregando aí em Julho de 1670.

Vieira regressava a Portugal em 1675, mas na corte tinham medo dele, como declara o Conde da Ericeira: «o seu juízo era superior e não igual aos negócios»; e tratava-os «mais subtilmente do que o compreendiam os outros príncipes e ministros». Nestas subtilezas consistia o jogo da Companhia; por isso, como ele já nada aproveitava aos interesses da corporação, foi atirado para o canto, recolhendo-se à Baía em 27 de Janeiro de 1681, vegetando sem importância em um Colégio até ao momento da sua morte.

A vida em Roma, proporcionara a Vieira a larga exibição dos seus talentos; Cristina da Suécia, que aí vivia entre os homens cultos, quis ouvir-lhe os sermões. Ressentido dos vexames que sofrera na Inquisição de Coimbra, e do que pudera observar nesse antro, colaborou nas *Notícias recônditas* com a revelação dos processos criminais com que eram julgados, condenados, executados e confiscados os bens dos infelizes que por denúncias anónimas eram envolvidos nessa apertada rede. Também advogava perante Clemente X a causa dos Cristãos-novos. Mas a Companhia de Jesus receou-se desse intervencionismo em negócios tão delicados, e sendo-lhe atribuídos o *Papel crítico a D. Pedro II*, e o *Discurso em que se prova a vinda de D. Sebastião*, apócrifos; vivendo no olvido, viu-se também exposto às intrigas locais, que chegaram a envolvê-lo na cumplicidade de um crime de assassinato imputado a seu irmão, e malquistado com o Geral por suposta aliciação de voto. Aos 90 anos, veio a falecer de uma queda na escadaria do seu Colégio.

Tendo o P.<sup>c</sup> Vieira nascido em 6 de Fevereiro de 1608 e falecido em 18 de Julho de 1697, abrange a sua existência activa quase todo o século XVII, o século bem caracterizado pelas grandes sínteses filosóficas do *Baconismo* e do *Cartesianismo*, da criação das Academias científicas, e da Diplomacia. O julgamento de Vieira faz-se perante este quadro; em que cooperou ele? Despendeu a sua actividade nas estéreis intrigas políticas em que muito prejudicou a combatida autonomia da nação portuguesa. Com a sua fantasia e subtileza do pensamento, com a facilidade improvisadora, como profissional da retórica fez no século XVII sermões, com a mesma fé com que na época do parlamentarismo encheria as sessões com discursos taquigrafados no Diário das Câmaras.